



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambeba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CRUZ, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DAS PORTARIAS Nº 101 e 107 E DE 2013, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia dez (10) do mês de setembro do ano de 2013, às 11h, no Fórum da Comarca de Cruz, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar Marcelo Roseno de Oliveira; o Juiz de Direito Substituto Saulo Gonçalves Santos, Titular da Comarca de Bela Cruz, respondendo pela Comarca de Cruz; a Diretora de Secretaria Francisca Hozana do Nascimento, e demais servidores lotados na unidade, foi declarado o início da inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos acima epigrafados.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria.

Registrou-se, de início, que a Comarca de Cruz não dispõe de juiz titular, estando à frente do Juízo, desde 1º de setembro de 2013, o Juiz de Direito Substituto Saulo Gonçalves Santos, Titular da Comarca de Bela Cruz, designado por força da Portaria nº 937/2013 da Presidência do Tribunal de Justiça (DJE de 26.8.13, p. 3). Até então, a Unidade esteve durante meses sob a responsabilidade do Juiz de Direito Fernando de Souza Vicente, Auxiliar da 7ª Zona Judiciária.

A Unidade dispõe de cinco servidores efetivos, dos quais dois são ocupantes do cargo de oficial de justiça e um é analista judiciário, conforme informações lançadas no FICOVI. Há, ainda, três servidores requisitados junto à Prefeitura Municipal. O expediente forense ocorre entre 8:00 e 18:00.

Esclarecidos tais pontos, o Juiz Corregedor Auxiliar passou à conferência dos dados constantes do FICOVI, iniciando o exame das ações em curso no Juízo, priorizando a análise em relação às ações referentes a réus presos, adolescentes cumprindo medida sócio educativa, mandados de segurança, ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e execuções penais. Por amostragem, foram analisadas as ações com prazos excedidos, e aquelas que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte(s) ou interessado(s) crianças e adolescentes.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambeba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Foram analisados e despachados 80 (oitenta) feitos, o que corresponde a 5,89% do acervo em tramitação (1.358 ações), nos termos do que informado no FICOVI. Neste ponto, registra-se que o relatório gerencial emitido pelo SPROC apontou, na data da inspeção, um acervo total de 1.570 processos, sendo 1.085 cíveis e 485 criminais. Já os dados do SGENC apontavam, em julho de 2013, um acervo total de 1.258 ações, **devendo a Secretaria atuar para atenuar as incoincidências, mantendo vigilância permanente para que haja compatibilidade dos acervos informados nos dois sistemas (SPROC e SGENC), bem assim nas informações estatísticas do CNJ.**

Por ocasião do exame dos processos, verificou-se, de modo geral, regular andamento dos feitos que envolvem réus presos e cartas precatórias, havendo preocupação do Juízo quanto a impulsionar feitos dessa natureza em prazo razoável. Ainda assim, **verificou-se que o Processo nº 2151-15.2013.8.06.0074 carece de celeridade, tendo havido recomendação nesse sentido.**

Quanto aos demais feitos examinados, verificou-se, de um modo geral, atraso na tramitação, o que pode ser imputado, em primeira análise, à ausência de juiz titular, bem como ao constante rodízio de magistrados na Comarca. O magistrado que esteve à frente do Juízo nos últimos meses, sendo Auxiliar da Zona Judiciária, acumulava a responsabilidade de várias unidades, conforme revelado em relatórios do SGENC. Somente no mês de julho de 2013, havia indicação de atos praticados em Cruz, Granja, Irauçuba, JECC de Sobral, Barroquinha e Martinópolis.

O relatório gerencial do SPROC apontou, na data da inspeção, que havia **261 processos sem movimentação há mais de 365 dias**, o que se mostrou digno de preocupação. Dentre os feitos examinados, verificou-se em muitos deles a proliferação de **despachos de mera renovação da conclusão, prática que deve ser evitada pelo Juízo.** Foram detectados diversos feitos com conclusões que datavam de mais de um ano, os quais receberam despachos em data recente, todavia para o fim exclusivo de renovar a conclusão.

Constatou-se, ainda, reduzida atividade de realização de audiências nos últimos meses, devendo o Juízo atuar para incrementar a pauta, notadamente em vista da existência de diversos feitos que envolvem réus presos.

Os processos submetidos à prioridade de tramitação em face do **Estatuto do Idoso** estão devidamente identificados, mediante **aposição de etiqueta na capa, registrando-se, porém, que havia atraso na tramitação.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

O acervo processual ainda registra 79 (setenta e nove) processos abrangidos pela Meta 2 de 2009 e 27 (vinte e sete) da Meta 2 de 2010. Foram identificadas ações incluídas na Meta 18 de 2013 – **ações de improbidade administrativa que cobram esforços do Juízo para julgamento até 31 de dezembro de 2013, tendo havido recomendação nos autos respectivos para que seja priorizado o impulso processual.**

Informou-se que a última sessão do Tribunal do Júri foi realizada em 20 de maio de 2005, e que há processos prontos para julgamento, aguardando designação.

A Secretaria informou ter atendido ao Ofício-Circular nº 14/2013-GAPRE, da Presidência do TJCE, informando a existência de 15 processos que versam sobre contestação de valores pagos a título de empréstimos consignados.

Durante a inspeção, o Corregedor Auxiliar realizou visita à Cadeia Pública local, verificando as dependências e instalações, conforme detalhamento a ser feito no relatório final.

A Residência Oficial do Juiz também foi visitada, constatando-se que está sem ocupação atual e carecendo de reparos.

DEMAIS MATÉRIAS: i) **armas apreendidas:** houve informação do Diretor de Secretaria de que não há armas de fogo guardadas na Secretaria; o Fórum não registra furtos de armas; ii) **Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:** a) a unidade está interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); b) o juiz em atividade ao tempo do preenchimento do FICOVI estava cadastrado nos sistemas Bacenjud, Infoseg e Renajud (META 8 de 2009) e concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); c) encontra-se implantado, na unidade, o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011); d) a unidade faz uso do MALOTE DIGITAL; e) foram detectadas 2 (duas) ações de improbidade administrativa ajuizadas antes de 31 de dezembro de 2011 e que devem ser concluídas até 31 de dezembro de 2013 (Meta 18 de 2013); f) a unidade cumpriu a Meta 1 de 2012, no sentido de julgar processos em número maior ao de feitos distribuídos, cabendo ressalva de que o atingimento da meta deve considerar processos efetivamente **julgados** durante o ano e não os que foram **arquivados** (“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012”); g) quando considerados os sete primeiros meses de 2013, de acordo com dados extraídos do SGEC, constata-se que a Meta 1 de 2013 não está sendo atingida, uma vez que os feitos distribuídos superam os processos sentenciados: há informação de 262 feitos novos entrados e 161 sentenciados; iii) **Banco Nacional**

91



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ: a Unidade tem alimentado os dados no BNMP; houve recomendação para o que previsto no Provimento Nº 09/13 da Corregedoria Geral da Justiça; **iv) Projeto Pai Presente:** houve recomendação de que fossem incrementados os esforços em relação ao projeto.

LIVROS: Foram vistoriados livros obrigatórios, dentre os quais livros de registro de sentenças, realizando-se contagem manual das sentenças proferidas. Verificou-se que as sentenças de aplicação de medidas sócio-educativas têm sido registradas no livro de sentenças criminais, rotina que deve ser revista pela Secretaria, criando-se livro próprio. Além disso, deve ser observado maior rigor quanto à categorização das manifestações do juiz, evitando que decisões interlocutórias sejam qualificadas na categoria de sentença, como foi constatado em relação a decisões proferidas em pedidos de liberdade provisória.

O Livro de Carga para o Juiz apresentou situação digna de nota, uma vez que há registro de três processos criminais com carga para a Juíza de Direito Joyce Sampaio Bezerril Fontenele, Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral, desde 15 de fevereiro de 2011, todavia sem devolução até a data da inspeção. Informou-se que a magistrada respondia pela Comarca de Cruz no período indicado, tendo feito carga de diversos processos, todavia três deles não contam com registro de devolução e não foram localizados pela Secretaria: Processos nº 88-61.2006.8.06.0074; 179-83.2008.8.06.0074; e 124-40.2005.8.06.0074. A magistrada foi indagada formalmente sobre a situação, tendo informado que os processos não estão sob sua guarda. O Juízo fez comunicação do fato à Corregedoria, o que gerou o Procedimento Administrativo nº 8501135-74.2013.8.06.0026.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: sem registros.

BOAS PRÁTICAS: sem registros.

RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo de outras que venham a constar do relatório final, foram formuladas, desde logo, as seguintes recomendações: a) as causas vinculadas ao Estatuto do Idoso devem tramitar mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes; b) a Unidade deverá aprimorar a aplicação do MANUAL DE ROTINAS – PROCEDIMENTO CÍVEL ORDINÁRIO, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor da Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos; c) deve haver especial empenho da Unidade quanto a monitorar e buscar efetivar a Meta 1 de 2013, a qual não foi observada nos primeiros sete meses de 2013; d) recomenda-se que haja imediato impulso das ações de improbidade administrativa, de modo a buscar atingir a Meta 18 de 2013;

Handwritten signature and initials:
a
Souza



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

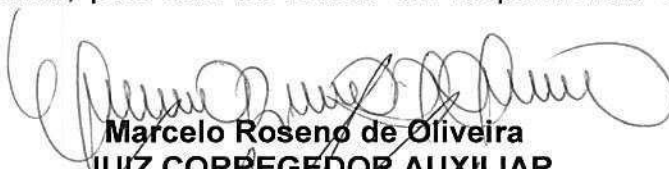
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambeba - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

e) as sentenças relativas à aplicação de medidas sócio-educativas devem ser registradas em livro próprio; f) a Unidade deve procurar observar a Resolução Nº 165/2012, do CNJ, acerca das guias de execução de medidas sócio-educativas; g) deve haver incremento na realização de julgamentos pelo Tribunal do Júri, recomendando-se a realização de pauta extraordinária; e h) os processos despachados durante a inspeção devem ser atualizados no SPROC.

RECLAMAÇÕES: não foram registradas reclamações. Não se constatou presença de representantes da OAB, MP e Defensoria Pública durante os trabalhos.

Por fim, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção às 19:00 do dia 10 de setembro de 2013, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Juiz Corregedor Auxiliar, pelo Juiz de Direito em respondência e pela Diretora da Secretaria interina.


Marcelo Roseno de Oliveira

JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR


Saulo Gonçalves Santos

JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO


Francisca Hozana do Nascimento
DIRETORA DE SECRETARIA